

Avaliação de Capacidades Institucionais das Organizações e Movimentos de Juventude do Mercosul

Projeto Celaju - Unesco - Banco Mundial

Informe Brasil

Alessandro Lutfy Ponce de Leon (*)

Julio 2004

(*) Bacharel em Ciências Políticas e Sociais da Faculdade de Direito Candido Mendes, Máster em Estudos Políticos Aplicados pela Fundação Internacional e para Ibero-américa de Administração e Políticas Públicas, consultor de organismos Nacionais e Internacionais em temas relacionados ao desenvolvimento de Políticas Públicas de Juventude.

O autor agradece a colaboração de Renata Nascimento, Paulo Petri, Carlos Odas, Daniel Vaz, Marina Macedo, Bernard Silva e Rafael Oliveira para a realização dos grupos focais, e de Marcelo Bandiera, Rodrigo Abel e André Videira, para a elaboração desse informe.

Informe Brasil

Introdução

O presente trabalho, que convencionamos em chamar de "informe Brasil", busca oferecer um panorama mais consistente sobre um conjunto de aspectos relacionados com os Movimentos e Organizações de Juventude. E foi desenvolvido no marco da avaliação das capacidades institucionais das organizações de juventude do MERCOSUL pelo Centro Latino-americano de Juventude com o apoio do Banco Mundial e da UNESCO.

Assim, este estudo consiste na análise sistematizada do resultado de diversas atividades completares que buscam dialogar com as opiniões de jovens, de atores sociais relevantes, e de fontes qualificadas sobre as organizações e movimentos de juventude.

Cabe ressaltar que o mesmo foi executado dentro de um prazo bastante curto para uma investigação dessa complexidade, e que, portanto, seria relevante indicar a necessidade de um maior aprofundamento em pontos relacionados ao funcionamento de organizações juvenis, e que, por contemporâneos que são, requerem um estudo mais específico contando com uma maior temporalidade e alcance.

As informações obtidas a partir da análise dos pontos mais conhecidos pelos atores envolvidos no processo nos permitem apontar, com alguma segurança, quais são os elementos estratégicos aos quais deveremos reportar mais atenção no desenvolvimento de políticas de juventude efetivas voltadas para fortalecer o papel dos movimentos e organizações de juventude na sociedade. Os pontos fortes que poderemos buscar reforçar, e ainda, quais os pontos fracos que deveremos tentar superar, ou minimizar no sentido de ampliar as capacidades das instituições de juventude visando potencializar a participação juvenil cidadã e sua atuação protagonista para a inovação e para o desenvolvimento de nosso País.

1. Marco de Referencia

1.1 Descrição do Contexto Nacional

Desde o final do século XX, muito se debateu a problemática juvenil no mundo inteiro e, em especial, no Brasil. Este universo complexo de 34,4 milhões de jovens nos faz refletir sob a necessidade de uma nova ordem política e social que deve buscar responder a demanda por uma agenda de ações efetivas, e para isso cada vez mais transparentes e democráticas por parte do Estado.

A demora pelo reconhecimento de que este público necessita de políticas diferenciadas fez com que o Estado brasileiro levasse uma década para absorver tais noções, afim de responde-las e transformá-las em políticas públicas.

A necessidade de se romper com a visão, até então vigente, de que o jovem é somente um problema social se fez imperiosa. Essa incumbência, hoje, cabe ao governo brasileiro, que ao buscar superar esta máxima torna possível o entendimento das juventudes como uma das alternativas para o desenvolvimento social e humano do país.

A geração que hoje ocupa espaços com poder de decisão, e que de certa forma protagoniza o discurso do jovem como alternativa para o desenvolvimento, ainda não fez, contudo, seu encontro geracional com aquela que está às portas deste novo tempo.

Por isso é urgente que realizemos um grande pacto inter-geracional, que permita um encontro entre a geração que detém as condições de alterar a vida de milhões de pessoas, e os que hoje podem ser chamados de juventude brasileira, cujos sonhos e aspirações são bastante distintos das gerações de 60 e 70. O mundo mudou, e o Brasil não é mais o mesmo, muito menos essa nova geração.

A juventude precisa ter novamente espaços de expressão, deve ser escutada e compreendida. Ao cresceram a luz de outros valores, e outros símbolos, se afirmam por meios distintos em uma realidade que exige respostas pertinentes a sua própria época, caminhos delineados com a participação uma geração. E esta é a chave para entender a necessidade de uma política pública de juventude no Brasil.

Em relação a atuação dos governos brasileiros nesse tema, constatamos que historicamente tiveram seu foco no “jovem problema”, as políticas foram desenvolvidas principalmente com o foco na punição de adolescentes infratores, no jovem com problemas com drogas ou na educação da juventude para um mundo já constituído. Muito embora a abordagem educacional seja válida, ela se mostrou insuficiente para atender aos anseios e necessidades da juventude por políticas mais adequadas.

O problema não se resume somente à insuficiência ou a ineficácia, até hoje, dos programas dos governos, mas, também, a falta de integração entre eles, e a completa exclusão dos jovens e de suas organizações do processo de tomada de decisão. Além disso, verificamos a inexistência de incentivo ao aprendizado cidadão e ao controle social que poderiam ser realizados pelos próprios jovens organizados em conselhos e redes.

Como consequência da ineficiência da ação governamental potencializamos os equívocos: à sobreposição de programas e projetos e o constante erro na localização das verdadeiras demandas dos jovens. Em última estância, deixamos de otimizar os recursos existentes, na prática, falamos de desperdício de recursos públicos.

Alem disso, observamos que - dentre os países da Europa e América Latina - o Brasil é, talvez, o único país no qual não se criou um canal de participação que permitisse o dialogo e a integração das organizações de juventude. Sendo, por exemplo, o único país onde ainda não existe um Conselho ou uma Plataforma Nacional de Juventude.

Apesar de referendar todos os documentos sobre o tema nos fóruns internacionais em que participa, em nível nacional, os sucessivos governos, não conseguiram, ou melhor, não

tentaram transformá-los em realidade. E desta forma, negaram "às juventudes", às suas organizações e movimentos, a possibilidade de um maior envolvimento nas grandes estratégias de desenvolvimento nacionais.

No ano de 2002, com o advento das eleições presidenciais, pela primeira vez na historia brasileira diversas organizações e movimentos de juventude de todo Brasil se reuniram no Rio de Janeiro em um evento organizado pela Organização Brasileira de Juventude (OBJ), o Instituto Brasileiro de Política de Juventude (IBPJ) - apoiados pela Fundação Konrad Adenauer, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Unesco - e aprovaram uma carta comum, chamada de "AGENDA JOVEM 2002".

A temática entra na agenda eleitoral: Pelo acumulo exemplificado acima, mas principalmente pelo peso eleitoral dos jovens na eleição presidencial (46% dos eleitores se localizavam entre 16 e 34 anos). TODOS os candidatos a presidente da republica apresentaram propostas especificas para a juventude brasileira em seus planos de governo.

Os programas dos candidatos abordaram de forma diferenciada o tema. Alguns propondo ministério da juventude, outros, secretaria ou coordenações, outros ainda o estímulo a redes institucionais.

Muita ênfase foi dada à questão do jovem e o mercado de trabalho (programas como o do primeiro emprego e de empreendedorismo aparecem da mesma maneira em todos os programas de forma ainda mais contundente) o fortalecimento da democracia, o estímulo ao associativismo e participação juvenil em conselhos e redes, quando citados, aparecem com menor importância nos mesmos programas.

Com a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva, pela primeira vez, o governo federal demonstra buscar responder aos anseios dos jovens brasileiros, e coloca a juventude no centro das discussões sobre políticas públicas. Dessa forma iniciou-se um movimento consistente que poderá desembocar no desenvolvimento de uma política global de juventude que considere os jovens como parceiros e agentes de desenvolvimento.

Institucionalmente, a busca de desenhos adequados para o desenvolvimento das PPJ vem sendo discutida por meio da criação de novos âmbitos de debate e formulação sobre o tema, como o Grupo Interministerial de Juventude, criado esse ano pelo Governo Federal congregando dezenove órgãos, entre Ministérios e Secretarias Especiais, e a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, pela Câmara dos Deputados.

Esses esforços foram acompanhados por formulações e concertações de apoio, desenvolvidas por organismos internacionais - a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Juventude (IDJ) da UNESCO - e da Carta de Proposições desenvolvida por mais de 100 organizações de juventude no evento "Vozes Jovens" auspiciado pelo Banco Mundial.

Outra importante iniciativa, essa oriunda da Sociedade Civil, foi o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania (IC), que realizou uma serie de levantamentos, debates, e pesquisas. Na prática, se desenvolveu o banco de estudos e propostas sobre PPJ mais consistente

realizado até hoje no Brasil.

Ainda no ano de 2004, a Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados realizou um processo inédito, e experimental, de Conferências Estaduais de Juventude que culminou, na realização da Primeira Conferência Nacional de Juventude.

Este evento foi uma grande oportunidade de encontro para as organizações e movimentos de juventude, e apesar das dificuldades de organização, foi um marco relevante na construção das Políticas Públicas de Juventude no Brasil.

A responsabilidade de continuidade desse movimento e do desenvolvimento de um ambiente favorável para o debate, a inovação, e a ação transformadora será de todos os atores envolvidos, principalmente das jovens lideranças que vem buscando a oportunidade para demonstrar que são mais que um setor afetado pela crise do continente.

As diversas organizações e movimentos de juventude vêm reclamando espaços para a construção de seu papel na sociedade. Sem instrumentos formais de poder, a atuação dos jovens nas organizações de juventude pode se tornar frustrante para a maioria das lideranças e protagonistas que, ou se entrega ao sistema buscando "resolver suas vidas", ou, em minoria, envereda pela carreira política tradicional, em geral, representando interesses e demandas de "redes" e alianças já estabelecidas por gerações passadas. Isto é com menor potencial transformador que a atuação autônoma dos movimentos de juventude ou de participação cívica.

1.2 Descrição do contexto das Cidades incluídas no estudo.

Nota técnica: por impossibilidade de obter dados mais precisos relacionados a cidades em estudo e o corte erário da juventude de 15 a 24, ou de 15 a 29, optamos trazer dados aproximados no corte "possível" obtidos do IBGE na faixa de 10 a 29 anos.

RECIFE

A capital do Estado de Pernambuco é uma cidade com 1.422.905 habitantes, situada no Nordeste Brasileiro. A cidade é caracterizada pela intensa urbanização, não existindo áreas rurais mesmo em sua região metropolitana intensamente povoada, tendo uma taxa de 6.527,09 habitantes por km².

De acordo com o IBGE, a cidade conta com 38% da sua população entre 10 e 29 anos de idade, o que forma uma ampla população formada por jovens e adolescentes, sendo aproximadamente 54% população formada por mulheres.

A participação política da juventude é intensa e caracterizada por uma ampla gama de movimentos culturais e instituições do terceiro setor. De acordo com a legislação brasileira o jovem entre 16 e 17 anos têm a opção voluntária de votar o que em Recife caracterizam 15.778 jovens que exercem o direito, dentro de uma massa de 952.393 votantes.

Um dos problemas mais graves da cidade de Recife está na taxa de desemprego que atinge 13,3% da população economicamente ativa, embora possamos ver sinais de melhora pela queda gradual, embora muito lenta da taxa de desemprego caracterizada pelo aumento de 1,32% da oferta de vagas formais no mercado de trabalho.

O alto desemprego, que incide principalmente na juventude, tem feito à violência na cidade crescer de forma relevante, gerando um sentimento de insegurança na população Recifense.

Não havia organismos de juventude em Recife, – a pouco – foi criada uma Coordenadoria de Juventude junto a secretaria de assistência social da Prefeitura. O Fórum de Juventude de Recife, que vem aglutinando uma grande diversidade de organizações de juventude, desenvolve seus trabalhos com baixo apoio oficial, o que determina sua insuficiente capacidade institucional.

RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro foi a primeira capital do Brasil, sendo, portanto uma cidade com ampla infra-estrutura urbanística e intensa densidade demográfica, tendo uma população de 5.857.904 de habitantes e caracterizado por uma geografia específica onde às regiões mais pobres estão situadas nos morros que entrecortam toda o Município.

A população de jovens e adolescentes conta com 1.937.924 habitantes correspondendo por 33% da população. A população em sua maioria é feminina, sendo 53% do total de pessoas. A população conta também com 29.522 eleitores entre 16 e 17 anos dentro de um universo de 4.239.216 votantes.

A taxa de desemprego de 9,6% da população economicamente ativa é a mais baixa das capitais pesquisadas. Onde ouve uma variação positiva de 1,27% na oferta de vagas entre janeiro e maio de 2004.

Em relação as movimento associativo, inexistente um conselho ou plataforma de juventude no município ou no estado. No governo do estado existe uma Coordenadoria de Políticas de Juventude ligada ao Gabinete Civil que vem trabalhando em projetos pontuais, em geral, para a juventude (sem a participação das juventudes organizadas nas políticas).

SÃO PAULO

A maior cidade da América Latina é uma metrópole com uma população de 10.434.252 habitantes sendo 52% da população feminina e 3.848.222 pessoas entre 10 a 29 anos de idade.

O maior colégio eleitoral do país conta com 7.134.821 votantes, sendo destes 84.770 pessoas entre 16 e 17 anos exercendo o direito ao voto.

A taxa de desemprego em São Paulo atinge 13,6% da população economicamente ativa, onde tivemos um aumento da oferta de vagas entre janeiro e maio do corrente ano de 2,2%,

tendo admitido 54.332 pessoas a mais do que demitido.

Berço da primeira iniciativa de um Conselho Estadual de Juventude no Brasil, no governo Franco Montoro (1986). Hoje conta com uma Secretaria de Esporte e Juventude no Governo do Estado, e uma Coordenadoria de Juventude no Município. E hoje, não existe uma plataforma autônoma de organizações de juventude ou o conselho institucional (que já existiu em momentos anteriores).

Apesar dos esforços, a secretaria estadual enfoca mais fortemente o tema “Esporte” e as PPJ estaduais enfrentam problemas de afirmação.

No município ha uma grande movimentação da coordenadoria com segmentos desorganizados, principalmente os ligados a os de novas culturas urbanas. Busca-se um dialogo mais “informal” com as juventudes e já inicia-se atuações por meio de fóruns e eventos como forma de envolvimento juvenil nas ppj.

BELO HORIZONTE

A cidade de Belo Horizonte é a capital do Estado de Minas Gerais e tem uma população de 2.238.526 habitantes sendo 53% formada por mulheres, e 38% formado por jovens e adolescentes de 10 a 29 anos.

Um dos aspectos da participação política da juventude reside no número de 18.864 votantes entre 16 e 17 anos em um total de 1.573.635 eleitores.

A taxa de desemprego atinge 10,9% da população economicamente ativa embora a variação positiva de 2,2% na oferta de vagas implique em uma gradual redução do desemprego, uma vez continuado o comportamento.

Inexiste plataforma independente no Estado ou no Município. No Estado há uma Superintendência de Juventude com baixa capacidade institucional. No município existe um Conselho de Juventude da Prefeitura que dialoga com segmentos de juventude mais próximos a administração, apesar dos esforços pela sua ampliação.

PORTO ALEGRE

O Estado do Rio Grande do Sul tem Porto Alegre como capital que conta com uma população de 1.360.590 habitante sendo formada por 724.770 mulheres (55% do total) e com uma área rural com 39.851 habitantes e um público entre 10 a 29 anos que corresponde a 462.407 habitantes. São 12.443 pessoas entre 16 e 17 anos que exercem o direito ao sufrágio na capital gaúcha em um total de 956.811 eleitores.

Com 9,7% da população economicamente ativa desempregada tem-se a segunda mais baixa taxa de desemprego entre as capitais observadas. Além da segunda maior taxa no aumento da oferta de vagas com 2,66%.

Inexiste plataforma autônoma. No município existe uma Assessoria de Juventude e no Estado um conselho de juventude ligado a vice governadoria.

DISTRITO FEDERAL / BRASÍLIA

A capital do Brasil tem uma população de 2.051.146 habitantes, onde destes temos 52% da população de 1.069.790 mulheres e 852.650 pessoas entre 10 e 29 anos, ou seja, ou 42% do total. 11823 pessoas entre 16 e 17 anos votam no distrito federal em um universo de 1.288.501 eleitores.

Verificou-se a maior taxa de desemprego, entre as cidades pesquisadas, como sendo a do Distrito Federal com 22,5% da população segundo o DIEESE. No entanto a maior taxa de geração de vagas entre as capitais segundo o Ministério do Trabalho é a do Distrito Federal com 2,81% entre janeiro e maio do corrente ano.

Não há plataforma independente, nem organismo governamental de juventude. Em Brasília assistimos duas tentativas de criação de secretarias que infelizmente fracassaram por ineficiência, falta de dialogo com os segmentos, além de falta de conhecimento do que seria uma Política de Juventude agregado a baixíssima capacidade institucional.

1.3. Descrição da Situação dos Jovens no Brasil

1.3.1 Panorama Geral:

Quem são, e onde vivem

De acordo com o Censo Demográfico 2000 do IBGE, cerca de 20,1% da população brasileira tinha entre 15 e 24 anos, totalizando 34 milhões de jovens, sendo que 17 milhões (50%) eram mulheres e 17 milhões (50%) eram homens; 17 milhões (50%) eram brancos e 16,4 milhões (48%) eram negros; e os outros 2% eram indígenas ou de cor/raça amarela. Deste total, 10,5 milhões (31%) moravam em Regiões Metropolitanas; 17,7 milhões (52%) em Áreas Urbanas Não-Metropolitanas; e 5,9 milhões (17%) moravam em Áreas Rurais.

Renda familiar *per capita*

Dos 34 milhões de jovens, 4,2 milhões (12,2%) viviam em famílias com renda *per capita* de até ¼ de salário mínimo; 6,8 milhões (20,1%) em famílias com renda *per capita* entre ¼ e ½ salário mínimo; 9 milhões (26,4%) em famílias com renda *per capita* entre ½ e 1 salário mínimo; e 4,1 milhões (41,3%) em famílias com renda *per capita* acima de 1 salário mínimo.

Escolaridade dos jovens

Dos 33,4 milhões de jovens de 15 a 24 anos pesquisados pela PNAD*, em 2002 (que não pesquisa a área rural da Região Norte, exceto Tocantins), 1,2 milhão (3,8%) eram analfabetos; 12,9 milhões (39%) não tinham concluído o Ensino Fundamental; 4,5 milhões

(13,7%) concluíram o Ensino Fundamental; 5,7 milhões (17,4%) tinham começado o Ensino Médio, mas não haviam concluído; Somente 6,6 milhões (19,8%) tinham concluído o Ensino Médio; e 2,1 milhões (6,2%) cursaram pelo menos 1 ano de Ensino Superior. Apenas 16,2 milhões estavam freqüentando a escola, sendo que 5,6 milhões (34,3%) estavam cursando o Ensino Fundamental regular; 7 milhões (43,2%) estavam cursando o Ensino Médio regular; e 2,3 milhões (14%) estavam no Ensino Superior.

Jovens que não freqüentam a escola

Dos 33,4 milhões de jovens pesquisados pela PNAD*, em 2002, 17,2 milhões não freqüentavam a escola, sendo que 1,1 milhão (6,5%) eram analfabetos; 7,2 milhões (42%) não tinham concluído o Ensino Fundamental; 1,9 milhão (11%) tinham concluído o Ensino Fundamental; 1,2 milhão (6,8%) tinham começado o Ensino Médio, mas não haviam concluído; 5,3 milhões (31,2%) tinham concluído o Ensino Médio; e 495 mil (2,9%) tinham cursado pelo menos 1 ano de Ensino Superior.

Jovens - renda e escolaridade

Dentre os 33,4 milhões de jovens, há uma grande variação na média de anos de estudo por faixa de renda: aqueles vivendo em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo tinham, em média, 5 anos de estudos; aqueles vivendo em famílias com renda *per capita* entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo tinham, em média, 5,9 anos de estudo; aqueles vivendo em famílias com renda *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo tinham, em média, 7,3 anos de estudo; e aqueles vivendo em famílias com renda *per capita* acima de 1 salário mínimo tinham, em média, 9,5 anos de estudo.

Jovens extremamente pobres - onde vivem

Dos 3,8 milhões de jovens vivendo em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, para os quais se pode analisar informações de cor/raça e sexo, 2 milhões (52%) eram mulheres e 1,8 milhão (48%) eram homens. Estes valores não incluem os jovens que residem nas áreas rurais da Região Norte - exceto Tocantins -, pois estes não são pesquisados pela PNAD/IBGE. Estima-se que os jovens vivendo na área rural da Região Norte e em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo eram cerca de 285 mil em 2002.

Dos 4,2 milhões de jovens com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, em 2002, 700,9 mil (17%) viviam em áreas metropolitanas; 1,8 milhão (43%) viviam em áreas urbanas; e 1,7 milhão (40%) viviam em áreas rurais. Inclui estimativa feita dos jovens vivendo em famílias nesta faixa de renda nas áreas rurais dos estados da Região Norte - para aquelas áreas não pesquisadas pela PNAD.

Jovens extremamente pobres - escolaridade

Dos jovens vivendo em família com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (3,8 milhões*), 430 mil (11%) eram analfabetos; 2,6 milhões (67%) tinham Ensino Fundamental

Incompleto; 373 mil (9,7%) concluíram o Ensino Fundamental; 302 mil (8%) tinham Ensino Médio Incompleto; 165 mil (4%) concluíram o Ensino Médio; e 12 mil (0,3%) cursaram pelo menos 1 ano de Ensino Superior.

Jovens extremamente pobres - trabalham e estudam

Dos jovens que viviam em famílias com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, 1,2 milhão (30,2%) não trabalhavam e não estudavam; 639 mil (16,4%) estudavam e trabalhavam; 944 mil (24,3%) só trabalhavam; e 1,1 milhão (29%) só estudavam.

Jovens pobres

Dos 6,6 milhões* de jovens vivendo em famílias com renda *per capita* entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo para os quais se têm informações sobre o sexo 3,3 milhões (50%) eram mulheres; e 3,3 milhões (50%) eram homens. (*) Não inclui moradores da área rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Dos 6,8 milhões* de jovens vivendo em famílias com renda *per capita* entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 1,4 milhão (21%) moravam em Regiões Metropolitanas; 3,6 milhões (52%) moravam em áreas Urbanas não-metropolitanas; e 1,8 milhão (27%) moravam em áreas Rurais. (*) Inclui estimativa feita dos jovens vivendo em famílias nesta faixa de renda nas áreas rurais dos estados da Região Norte - para aquelas áreas não pesquisadas pela PNAD.

Jovens pobres - escolaridade

Dos jovens vivendo em famílias com renda *per capita* entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em 2002: 443 mil (6,7%) eram analfabetos; 3,9 milhões (60%) tinham Ensino Fundamental Incompleto; 822 mil (12,5%) concluíram o Ensino Fundamental; 812 mil (12,2%) tinham Ensino Médio Incompleto; 533 mil (8%) concluíram o Ensino Médio; e 18,9 mil (0,3%) cursaram pelo menos 1 ano de Ensino Superior.

Jovens com famílias com renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo - sexo

Dos 8,9 milhões* de jovens vivendo em famílias com renda *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, para os quais se tem informação sobre sexo: (8,9 milhões*): 4,5 milhões (50,4%) eram mulheres; e 4,4 milhões (49,6%) eram homens. (*) Não inclui moradores da área rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Jovens com famílias com renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo - onde vivem

Dos 9 milhões de jovens vivendo em famílias com renda *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo: 2,6 milhões (28,9%) moravam em Regiões Metropolitanas; 5 milhões (55,6%) moravam em áreas Urbanas não metropolitanas; e 1,4 milhão (15,5%) moravam em áreas Rurais. (*) Inclui estimativa feita dos jovens vivendo em famílias nesta faixa de renda nas áreas rurais dos estados da Região Norte - para aquelas áreas não pesquisadas pela PNAD.

Jovens com famílias com renda entre ½ e 1 salário mínimo - escolaridade

Dos jovens vivendo em famílias com renda *per capita* entre ½ e 1 salário mínimo, 258 mil (3%) eram analfabetos; 3,8 milhões (44%) tinham Ensino Fundamental Incompleto; 1,4 milhão (15,9%) concluíram o Ensino Fundamental; 1,6 milhão (18,3%) tinham Ensino Médio Incompleto; 1,5 milhão (17,3%) concluíram o Ensino Médio; e 125 mil (1,4%) cursaram pelo menos 1 ano de Ensino Superior.

Jovens Negros

Dos 1,2 milhões de jovens analfabetos, 900 mil (73%) eram negros. Dos 1,2 milhões de jovens que não trabalhavam e não estudavam e viviam em famílias com renda *per capita* de até ¼ de salário mínimo, 840 mil (71%) eram negros.

Quanto menor a renda familiar *per capita*, maior a participação dos jovens negros: dos 3,8 milhões* de jovens com renda familiar *per capita* de até ¼ de salário mínimo, 2,7 milhões (71%) eram negros; dos 6,6* jovens com renda familiar *per capita* de ¼ até ½ de salário mínimo, 4,4 milhões (66%) eram negros; e dos 8,9* jovens com renda familiar *per capita* de ½ até 1 de salário mínimo, 4,8 milhões (53,9%) eram negros. (*) Não inclui moradores da área rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Jovens e gravidez

Segundo o Ministério da Saúde (Datusus. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. SINASC, 2001), é considerável o número de jovens grávidas: 695 mil (22,6%) dos nascidos vivos no Brasil, em 2001, eram filhos de mães com idade entre 15 e 19 anos. Destas mães, 35,8 mil (5%) não tinham feito nenhuma consulta pré-natal e destas 19 mil (53%) residiam no Nordeste. Das mães entre 15 e 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos: 236 mil (34%) residiam no Sudeste; 233 mil (33,6%) residiam no Nordeste; 85,9 mil (12,4%) residiam no Norte; 84 mil (12,2%) residiam no Sul; e 55 mil (7,9%) residiam no Centro-Oeste.

Mortalidade entre jovens

Segundo o Ministério da Saúde (Datusus. Sistema de Informações sobre Mortalidade. SIM.) em 2001 morreram 45 mil jovens de 15 a 24 anos no Brasil, destes: 36 mil (79,8%) eram homens; e 9 mil (20,2%) eram mulheres. As causas externas responderam por 32,2 mil (70%) das mortes de jovens nesta faixa etária. Neste total, estavam: 28,8 mil mortes de jovens do sexo masculino (79% do total de mortes destes jovens homens); e 3,4 mil mortes de jovens do sexo feminino (36,8% do total de mortes destas jovens mulheres).

Das 28,8 mil mortes de jovens homens de 15 a 24 anos por causas externas, em 2001: 16,9 mil (58,8%) foram vítimas de agressão (homicídio); 5,5 mil (19,2%) morreram em razão de acidentes de transporte; as outras mortes se dividiam em afogamento (1,4 mil ou 4,9%), suicídio (1,3 mil ou 4,4%), eventos cuja intenção era indeterminada (1,9 mil ou 6,7%), dentre outras (com pequena quantidade).

Na explicação das mortes de mulheres jovens, além das causas externas, adquirem importância outras causas de mortalidade, tais como: neoplasias (tumores, 8,9%); doenças infecciosas e parasitárias (8,1%); doenças do aparelho circulatório (7,7%); e complicações na gravidez e parto (6,1%), dentre outras.

Mortalidade de jovens por homicídio

Segundo dados do Mapa da Violência III, da UNESCO (2002), a taxa de mortalidade por homicídios de jovens de 15 a 24 anos no Brasil (45,8 por 100 mil jovens em 1999) era a terceira maior do mundo, ficando atrás apenas da Colômbia e Porto Rico e sendo quase 8 vezes maior que a da Argentina (6,4 por 100 mil jovens em 1998).

Segundo o Ministério da Saúde (Datusus. Sistema de Informações sobre Mortalidade. SIM), das 16,9 mil mortes por homicídio de homens na faixa etária de 15 a 24 anos, cerca de 10 mil (58%) correram em áreas metropolitanas (9 regiões - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal), sendo que a Região Metropolitana de São Paulo respondeu por 4,2 mil (24%) destas mortes e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro por 2,2 mil (12,7%).

Drogas e juventude

Pesquisa do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (2001) *, realizada em 107 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, revelou que 19,4% dos indivíduos tinham contato com as drogas (excluídos tabaco e álcool). Entre os estudantes do ensino fundamental e médio, o álcool era a droga mais utilizada, muito à frente da segunda colocada, o tabaco. Pesquisa da Unesco (2002) * constatou que cerca de 1 milhão de estudantes admitem a existência de entorpecentes nas escolas, sendo que 141 mil declararam fazer uso diário (ou quase todos os dias ou em todos os finais de semana) de drogas ilícitas.

Jovens em conflito com a lei

Em 2001 existiam no Brasil, 10 mil jovens em privação de liberdade. Deste total, 90% eram do sexo masculino; 76% estavam na faixa etária de 16 a 18 anos; 60% eram da raça negra; 51% não freqüentavam a escola, 40% não trabalhavam no momento em que cometeram o ato infracional; e 71% das instituições foram consideradas inadequadas, pelos padrões do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.3.2 Os Jovens e o Mercado de Trabalho

No sentido de complementar esse estudo com informações relevantes, nos pautando pela importância, para a agenda política brasileira, do tema, "juventude e emprego", optamos por dar um tratamento mais específico e um enfoque mais aprofundado a essa seção.

Segundo os dados, obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE/2001), a População em Idade Ativa (PIA) brasileira é constituída por 137,6 milhões de pessoas. Desse total, 83,2 milhões (61%) integravam a População Economicamente Ativa (PEA), sendo que 75,4 milhões (90,7%) estavam ocupados e 7,7 milhões (9,3%) estavam desocupados.

Com relação à população jovem, 29,7 milhões estão entre 16 e 24 anos de idade, o que representa cerca de 21% da PIA brasileira. No que concerne à condição de atividade, a Pesquisa revela que 19,4 milhões compunham a População Economicamente Ativa, constituindo aproximadamente 23% da PEA nacional.

No período 1995-2001, observa-se uma ligeira mudança na condição de atividade dos jovens brasileiros. A participação na PEA juvenil sofreu uma ligeira redução, em termos relativos, passando de 68% em 1995 para 65% em 2001. Em 1995, entre a população juvenil, 31,8% eram inativos e 68,2% ativos, sendo 11,3% desocupados e 88,7% ocupados. Em 2001, 34,5% dos jovens estavam na inatividade e 65,5% na atividade, com 17,8% de desempregados e 82,2% de ocupados.

Nesse mesmo período, a taxa de desemprego geral subiu de 6,1% em 1995 para 9,3% em 2001. Para o grupo de pessoas com idade entre 16 e 24 anos, essa taxa aumentou em 6,5 pontos percentuais, passando de 11,3% em 1995 para 17,8% em 2001, como mencionado anteriormente. Se considerada a faixa mais jovem, de 16-19 anos, a taxa de desocupação sobe a 22%. O contingente total de jovens desocupados em 2001 alcançou 3,4 milhões de pessoas, representando 44% da PEA desocupada nacional. Cabe ressaltar que outras pesquisas, que adotam critérios diferentes da PNAD/IBGE, chegam a taxas de desemprego ainda mais elevadas.

A análise do desemprego juvenil em nível internacional, demonstra que o desemprego juvenil é um fenômeno universal, que decorre da interpretação de que, naturalmente, os jovens estão em um momento de seu ciclo vital caracterizado pela transição para a vida adulta e para novas responsabilidades sociais, onde se exige a passagem de sua condição de inatividade para a de atividade econômica. A questão, em países em desenvolvimento, é exatamente o ingresso prematuro e precário na condição de atividade que comprometa o desenvolvimento da capacidade desses jovens.

Quando consideramos a evolução do desemprego juvenil por Grandes Regiões geográficas, observa-se, também, uma importante elevação no período 1995-2001, inclusive com alteração na composição regional do desemprego. Em 1995, na Região Norte o desemprego atingiu 16,0%, percentual mais elevado dentre as cinco Grandes Regiões. Em 2001, a maior taxa de desemprego foi a da Região Sudeste, onde 19,8% dos jovens encontravam-se desempregados.

Quanto à evolução do desemprego juvenil por Unidades da Federação - UFs, em 1995, Roraima (26,57%) possuía a mais elevada taxa de desemprego juvenil dentre as UFs, seguida de Amapá (25,47%), Acre (24,53%), Amazonas (19,09%) e Alagoas (16,55%). Em 2001, as taxas mais elevadas foram verificadas no Amapá (32,08%), Distrito Federal (27,07%), Rio de Janeiro (24,37%), Sergipe (23,37%) e São Paulo (19,57%).

No que diz respeito à participação das Unidades da Federação na composição do desemprego juvenil nacional, em 1995, São Paulo foi responsável por 26,8% desse contingente, seguida de Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Paraná. Em 2001, São Paulo novamente liderou o *ranking* das Unidades da Federação com maiores taxas de participação no desemprego juvenil.

Portanto a taxa de desemprego juvenil é diferente por Região e Unidade da Federação, e o problema de inserção de jovens no mercado de trabalho varia conforme a residência do jovem.

A taxa de desemprego das pessoas entre 16 e 24 anos de idade também varia quando consideramos o corte urbano/rural. Nas áreas urbanas, o contingente de pessoas jovens ocupadas se elevou, embora tenha ocorrido o aumento, mais que proporcional, no número de desempregados. Nas áreas rurais, entretanto, a população ocupada sofreu uma retração, tanto em termos relativos como em termos absolutos, superior à redução verificada na PEA rural. Em consequência, em 2001, a taxa de desemprego juvenil urbana foi calculada em 20,2%, enquanto, em 1995, essa taxa não ultrapassou 13,6%. A taxa de desemprego juvenil rural, por sua vez, passou de 3,2% em 1995 para 5,4% em 2001.

A taxa de desemprego verificada nas áreas metropolitanas também sofreu elevação significativa. Entre a PEA juvenil metropolitana, a taxa de desemprego saltou de 15,5% em 1995 para 23,5% em 2001. No período em análise, o contingente de ocupados cresceu menos que proporcionalmente ao crescimento da PEA metropolitana, resultando na elevação da taxa de desemprego em 8 pontos percentuais.

Ou seja, o desemprego juvenil em si, desconsiderando as questões da qualidade da inserção, da jornada de trabalho, da remuneração, etc., incide mais nas grandes cidades brasileiras. É muito mais um problema urbano e metropolitano, em que pese às diferenças que ocorrem entre as grandes Regiões Metropolitanas.

Cabe ressaltar, ainda, que no Brasil, além de diferenças relativas à localização geográfica, o fenômeno do desemprego não atinge de maneira homogênea a totalidade da força de trabalho. Quando se analisa a composição dos desempregados segundo atributos individuais, nota-se claramente a presença de segmentos mais frágeis no interior da força de trabalho, que tradicionalmente estão sob o maior risco do desemprego.

A população afro-descendente (pretos e pardos) está expressivamente representada no total da PEA, sendo a mais afetada pelo desemprego. Do total de jovens desocupados em 2001, 52% eram afro-descendentes. O desemprego aberto entre os jovens pretos é superior ao dos jovens brancos. Em 1995, o desemprego aberto entre os jovens pretos de 16 a 24 anos era

estimado em 13,23%, enquanto entre os jovens brancos o desemprego era de 10,93%. Em 2001, 23,8% da PEA juvenil preta estava desempregada, contra 16,39% da PEA juvenil branca. Os dados mostram, portanto, a elevação do diferencial entre as taxas de desemprego de jovens pretos e brancos.

A questão de gênero também parece ser dimensão importante para se entender e se atuar em relação à pobreza e à exclusão social. Registra-se ligeira elevação na participação da mulher jovem no mercado de trabalho brasileiro: de 54% em 1995, para 55% da PEA em 2001, formando um universo de 7,1 milhões de trabalhadoras. Entre os jovens, a taxa de desemprego das mulheres é freqüentemente mais elevada que a dos homens. A taxa de desemprego entre as mulheres passou de 14,05%, em 1995, para 22,2% em 2001, enquanto entre os homens, passou de 9,49% para 14,5% no mesmo período.

Quanto à composição do desemprego por faixa de renda, cabe destacar que o desemprego entre jovens está concentrado em famílias onde a renda per capita não ultrapassa dois salários mínimos. Em 1995, 81,5% dos jovens desocupados pertenciam a núcleos familiares com renda per capita inferior a dois salários mínimos. Em 2001, esse percentual chegou a 87% (ver Gráfico 10). Mais precisamente, cerca de 40% dos jovens desocupados pertencem a famílias que vivem abaixo da linha de pobreza, aqui definida como rendimento familiar *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Finalmente, no que toca a posição dos jovens na ocupação, em 2001, cerca de 37,5% dos jovens entre 16 a 24 anos ocupados o eram na condição de assalariados formais, enquanto 40,5% eram assalariados informais. No período 1995-2001, registra-se o aumento nas ocupações assalariadas, com registro em carteira, entre os jovens de 20 a 24 anos e a redução entre os jovens de 16 a 19 anos. No ano de 1995, do total de ocupados com idade entre 16 e 19 anos, 27% estavam ocupados em atividades com vínculo empregatício formal, contra 44,6% dos jovens de 20 a 24 anos. Em 2001, o percentual apresenta ligeira redução para os jovens ocupados de 16 a 19 anos, enquanto no grupo com idade entre 20 e 24 anos esse percentual chegou a 45,9%.

Portanto, os dados da PNAD indicam que a entrada dos jovens no mercado de trabalho formal é particularmente difícil para aqueles com menos de 20 anos: entre os ocupados nessa faixa etária, cerca de 70% estão em postos informais ou exercendo trabalho não remunerado. Para os jovens de 20 a 24 anos, cresce significativamente o peso dos empregados com carteira assinada, superando inclusive a proporção entre os ocupados em geral.

E ainda, que dentre os jovens desempregados, há uma grande variação na média de anos de estudo por faixa de renda: aqueles vivendo em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo tinham, em média, 6,3 anos de estudos; aqueles vivendo em famílias com renda *per capita* entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo tinham, em média, 7,2 anos de estudo; aqueles vivendo em famílias com renda *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo tinham, em média, 8,3 anos de estudo; e aqueles vivendo em famílias com renda *per capita* acima de 1 salário mínimo tinham, em média, 9,9 anos de estudo.

1.3.3 Juventude: Cultura e Cidadania

O jovem brasileiro trabalha muito, ganha mal, atua na informalidade e está preocupado com sua educação e com o desemprego. As constatações são da Pesquisa "Juventude: Cultura e Cidadania", realizada pela Fundação Perseu Abramo (2003). Entre os entrevistados, jovens de 15 a 24 anos residentes em nove capitais brasileiras, 36% estavam trabalhando e 42% procuravam emprego. Dos que trabalhavam ou já haviam trabalhado, 32% cumpriam jornada superior a oito horas por dia, 59% estavam em atividades informais e 26% recebiam até um salário mínimo como remuneração (27% recebiam entre um e dois salários mínimos). A alta taxa de desemprego da atualidade é a grande responsável pela precariedade da ocupação jovem, pois, com o excedente de mão-de-obra, os adultos passam a concorrer pelos postos que eram portas de entrada para o jovem. Nos anos 90, o Brasil perdeu 3,2 milhões de postos de trabalho, sendo que 2 milhões deles eram ocupados por pessoas até 24 anos.

A pesquisa revela também, conforme mostra a Figura 1, que o desemprego é considerado o maior problema do Brasil na opinião de 47% dos entrevistados. O emprego é também o tema de maior interesse para o jovem (37% das respostas espontâneas), principalmente a falta dele (29%). A educação aparece em segundo lugar, com 30%. A preocupação procede, pois excesso de mão-de-obra levou os empregadores a concentrar as vagas para candidatos na faixa que vai dos 24 aos 40 anos. As extremidades - mais jovens e mais velhos - tendem a ficar marginalizadas no mercado de trabalho. As condições de trabalho precárias são ainda piores para as mulheres de 15 a 24 anos. De acordo com a pesquisa anteriormente citada, 47% delas estavam à procura de emprego, contra 36% dos homens.

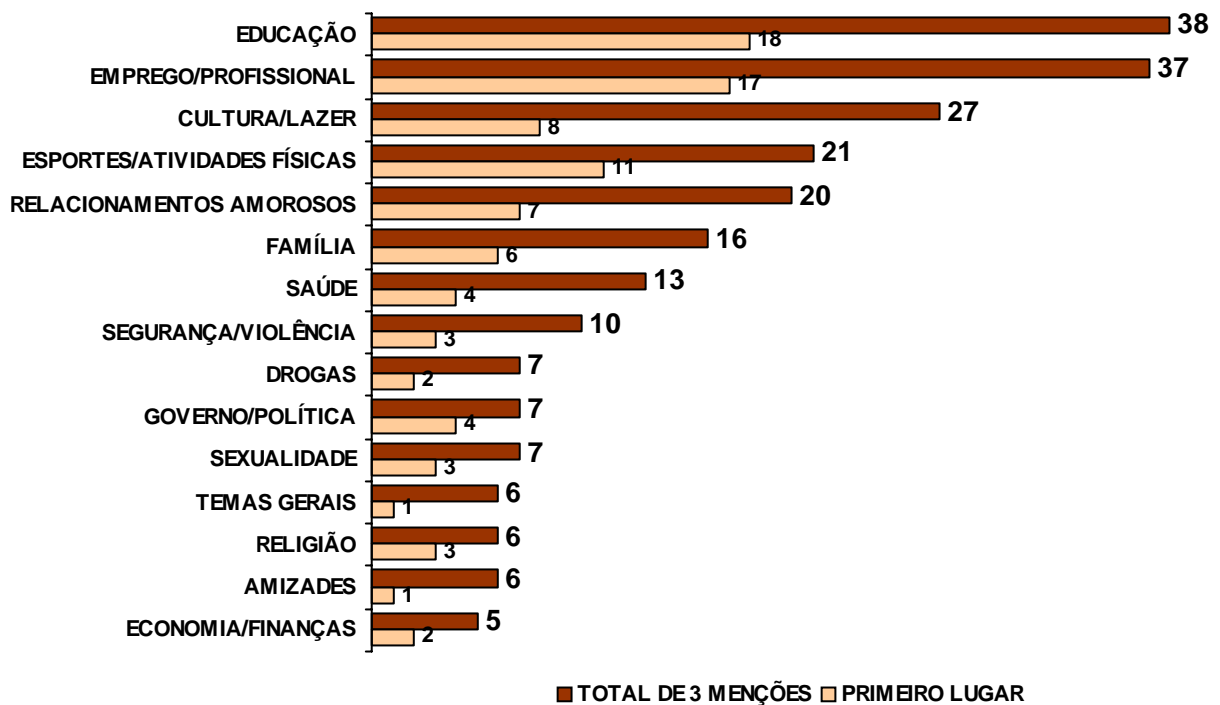


Figura 1: Assuntos que mais interessam aos jovens

Fonte: *Perfil da Juventude Brasileira*

A remuneração feminina, como em todo o mercado de trabalho brasileiro, também é menor: 32% delas recebiam até um salário mínimo, contra 21% dos homens. Estavam na faixa acima de dois salários mínimos 50% dos homens e 35% das mulheres.

Como exemplo, a pesquisa aponta - o que era de se esperar - um interesse contundente da juventude brasileira por sua educação (38%) e seu trabalho (37%), seguidos de cultura e lazer (27%). Em relação às preocupações dos jovens, destacam-se a segurança e violência (55%) o emprego/profissão com (52%) e as drogas, juntamente com a educação (17%). Percentuais totalizando as três principais menções.

Outro dado contundente apresentado é que 40% dos jovens buscam trabalho: 32% dos jovens já trabalharam e estão desocupados, 8% ainda busca sua primeira oportunidade. Dos que trabalham (que totalizam 36%), 64% dos jovens pesquisados estavam na informalidade.

Esse quadro, resultante de anos de invisibilidade da população jovem em relação às políticas públicas, só poderá ser revertido por meio do forte envolvimento da juventude brasileira em todas as esferas da sociedade: Pública: Estatal, não Estatal, Econômica, Política e Cultural.

II - Organizações e Movimentos Juvenis

Para discorrermos sobre as organizações e movimentos de juventude no Brasil se faz necessário uma referencia ao processo em que estas estão imersas. Contextualizando a dinâmica nacional e sua relação com o processo global de construção das políticas públicas de juventude:

2.1 O Contexto Internacional:

A preocupação com o futuro dos jovens em âmbito mundial foi materializada de forma mais contundente pela comemoração do “Ano Internacional da Juventude”, decretado – em 1985 - pela Organização das Nações Unidas.

A partir deste momento, houve um manifesto interesse por parte da comunidade internacional em fomentar um melhor tratamento do tema pelos países membros. A proliferação e a expansão de Ministérios, Secretarias e Institutos que coordenassem planos e programas nacionais voltados para os jovens, foi à resposta buscada, ainda que de forma incipiente, pela maioria dos Países do ocidente.

No esteio dessas tentativas de constituição de instituições especializadas no tratamento do tema, surgiu a necessidade da criação de canais de participação e envolvimento dos “jovens atores sociais”, tanto na elaboração, quanto no desenvolvimento e no controle social das Políticas Públicas de Juventude – PPJ.

Desta forma foram fomentados mecanismos participação juvenil, de colaboração, concertação e conexão entre as entidades de juventude, entre estas e os governos. Buscando fortalecer a participação das organizações e movimentos de juventude nos Países, foros oficiais das agências, e dos programas das nações unidas.

Assim, em 1989, demandada pelas organizações e movimentos de juventude (principalmente as internacionais partidárias e os movimentos de juventude europeus), com a colaboração de especialistas comprometidos com o tema, a Assembléia Geral das Nações Unidas promoveu o retorno da realização do “Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas”.

Baseado em uma série de conferências intergovernamentais sobre Juventude, realizadas desde 1997 em Madrid (Espanha), Buenos Aires (Argentina) 1988, São José (Costa Rica) 1989, Quito (Equador) 1990, Santiago (Chile) 1991; e das Conferências Ibero-americanas de Ministros de Juventude de Sevilla (Espanha) 1992 e Punta del Este (Uruguai) 1994. Em 1995 houve a comemoração de dez anos do “ano internacional da juventude”, com a aprovação, pela Assembléia Geral das Nações Unidas do “*Plano Mundial de Ação para a Juventude até o ano 2000 e seguintes*”.

Este Plano da ação, que visa melhorar a situação dos jovens no mundo, vem abordar novas questões e apontar direcionamentos específicos nos seguintes campos: educação, emprego, fome e pobreza, saúde, meio ambiente, drogas, delinquência juvenil, atividades de tempo livre, gênero e a participação efetiva dos jovens na vida social e nos processos de tomada de decisão.

Com a ampliação da participação juvenil buscou-se definir um vetor de política internacional a ser implementada de forma intersetorial por todos os níveis de governança, ou seja, local, nacional, regional e global, para que se permitisse aos jovens de todo mundo uma participação efetiva nas tomadas de decisão de políticas que afetassem aos próprios jovens.

A fim de cumprir os enunciados das cartas internacionais sobre o tema, que sugerem a participação dos próprios jovens, foram criados canais de participação e troca de informações entre as organizações e movimentos de juventude de todo mundo.

Esses novos canais, a sua maioria em âmbito continental, foram impulsionados, consolidando as plataformas regionais (que são conselhos continentais de “conselhos nacionais de juventude”- entendidos, em regra, como conselhos da sociedade civil e não de governo), e por meio do “Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas” que é realizado a cada três anos.

Em 1998, em Braga – Portugal – com o título “Participação da Juventude no Desenvolvimento Humano”, foi formulado, diante de um consenso de mais de 600 organizações de juventude de todo mundo, o “Plano de Ação de Braga”.

No ano de 2001, o “Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas” foi

realizado em Dakar – Senegal – complementando e fortalecendo o “Plano de Ação de Braga” com o consenso de mais de 300 organizações de juventude, e com a construção da “Estratégia de Dakar para o Apoderamento da Juventude”.

Ambas as declarações materializaram expressões e anseios das organizações de juventude de todo mundo, e visam fortalecer a participação da juventude no desenvolvimento humano mundial sustentado.

De forma simplificada, as declarações de Braga e Dakar propõem políticas integradas e intersetoriais de longo prazo, procurando estimular a busca por canais de entendimento entre organizações de juventude da sociedade civil e instituições governamentais na formulação das políticas que afetam aos próprios jovens.

No Brasil, o processo voltado para a atuação das organizações de juventude pelas políticas públicas, se deu de forma mais contundente durante a década de 90, principalmente, por dois fatores que foram preponderantes para a incorporação da temática na agenda pública: o agravamento dos problemas relacionados com a juventude na sociedade brasileira; e a ampliação da movimentação das organizações de juventude – mais notadamente pelo surgimento de diferentes organizações e grupos juvenis em atuações temáticas no terceiro setor, e a atuação das juventudes partidárias demandando a incorporação nos planos de governo da criação de organismos governamentais de juventude.

Dessa forma as Políticas Públicas de Juventude começaram a ser discutida, mais intensamente, ainda que de forma incipiente, por governos, acadêmicos, partidos e pelas juventudes organizadas, sem, contudo, chegar ao conjunto da sociedade brasileira.

2.2 Movimentos de Juventude e Políticas Públicas no Brasil:

Por ser um País continental o modelo de articulação das organizações de juventude brasileiras tem uma peculiar singularidade quando comparadas com outros países da região: por atuarem em um país de proporções continentais sua organização efetiva se torna ainda mais difícil, principalmente se analisarmos os fatores referentes a sua atuação autônoma. As organizações e movimentos de juventude de âmbito nacional são, em geral, frutos da atuação setorial de organizações de adultos (partidárias, sindicais, empresariais ou religiosas) por limitações óbvias: estruturais, financeiras, gerenciais e por isso sofrem limitações para organizar até mesmo momentos de encontro de seus associados.

Essa constatação nos leva a concluir que a interação das mesmas, seja em relação a possíveis trabalhos em parceria, ou ainda em torno de demandas próprias do coletivo juvenil vem a se tornar muito mais difícil. Pois, vinculadas aos objetivos das organizações mães, acabam por se pautar pelo processo político preponderantemente endógeno, atendendo, em geral, a interesses, muitas vezes legítimos, dos dirigentes das organizações “adultas” (sejam eles corporativos ou eleitorais, de mudança ou de manutenção de grupos nas estruturas institucionais de poder), e em alguns momentos parecem não perceber o potencial da ação transformadora juvenil autônoma de suas próprias organizações.

Outra forte vertente de organização da juventude brasileira foi, e ainda é, o movimento estudantil. Com forte potencial mobilizador é um movimento com direção historicamente vinculada a partidos políticos progressistas e a grupos esquerdistas, e, por isso mesmo, as lutas populares.

Os congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE) têm jogado um papel de confluência de movimentos de juventude para sua disputa, principalmente dos setores partidários, religiosos (em alguns momentos históricos) e ligados a política tradicional regional. Setores “independentes” e “apartidários” são freqüentes divididos ou cooptados pelas forças dominantes.

Contemporaneamente temos a atuação emergente de grupos, muitas vezes não reconhecidos pela política tradicional, raramente institucionalizados mobilizam-se em torno de temáticas comportamentais, culturais ou esportivas, por exemplo.

Essa diversidade, quando institucionalizada, vem se organizando em movimentos e instituições protagonizadas por jovens que atuam no terceiro setor. Com grande diversidade de atuações locais, e grande dificuldade de organização estrutural, quando saem do isolamento, se agrupam em fóruns, e redes relacionadas às mais diversas temáticas.

A constatação das grandes necessidades desse setor populacional agregado ao entendimento dos jovens como sujeito de direitos universais nos leva a conclusão que a realização efetiva dessas garantias e da afirmação dos direitos da juventude passa, por obrigação, pelo envolvimento das diversas juventudes no combate as desigualdades existentes, e na construção de uma cidadania ativa em nossa sociedade.

III - Participação Juvenil: o que Opinam os Atores?

Após o desenvolvimento das entrevistas com fontes qualificadas, e da realização dos grupos focais apontaremos as principais conclusões que emergem dessa análise.

Neste sentido, cabe destacar a grande a riqueza do debate dos grupos focais, e o alto valor das informações, tanto para o presente estudo, quanto para os participantes dos próprios grupos, que -com exceções dos que se negaram a participar do estudo por esse ter o apoio do Banco Mundial- em sua maioria, manifestaram uma grande satisfação em poder dialogar com outros jovens e atores sociais, e principalmente de estarem sendo ouvidos.

Afirmações que ocorreram durante todo processo de realização dos grupos, como: “coisas assim deveriam ocorrer mais” ou “eu pude conhecer outras realidades e isso é ótimo” ou “isso parece uma terapia comunitária, saio daqui conhecendo melhor meus companheiros de luta” ou ainda “desse encontro já vão sair uns três projetos... estou feliz em ter participado”, foram uma constante.

Essas colocações só fazem evidenciar, de forma ainda mais contundente, a existência ainda insuficiente de espaços de dialogo e de construção entre as juventudes brasileiras, e dessas com o Estado. No entanto, há evidencias que não podemos ignorar que a situação da

participação juvenil não é nada mais, nada menos, do que o reflexo da situação da participação da população em geral.

Isso é: a uma constatação generalizada de que a conquista da democracia ocorreu em paralelo com o avanço dos movimentos reivindicatórios do estilo “ocupar, resistir, e avançar”, herdeiro dos movimentos de combate ao autoritarismo dos anos 60, e ocorridos principalmente, ao final da década de 70, perpassando os anos 80 e 90. Estes movimentos nascidos e desenvolvidos por meio das estratégias existentes de enfrentamento da ditadura e posteriormente de confronto com o poder estabelecido - seja para conquista de direitos, seja para a obtenção de novos recursos de poder, simbólicos ou não - criaram uma cultura participativa enérgica, porém bastante específica.

A emergente cultura de cooperação e de participação social -ou melhor, da constatação da necessidade de se avançar de uma democracia representativa para uma democracia participativa, voltada para o desenvolvimento da cidadania- ainda é, na verdade, uma meta a ser atingida. Um compromisso ou, ainda, uma construção: para alguns poucos, uma realidade; para a grande maioria, uma meta muito longe de ser atingida.

3.1 D.A.F.O: Jovens Organizados

Inicialmente, no sentido de trazer mais elementos validos para nossa análise, gostaríamos de expor uma síntese do grupo de trabalho sobre juventude, ocorrido em fevereiro de 2004, e organizado pela área de desenvolvimento social e sociedade civil do Banco Mundial.

Reunindo algumas das principais lideranças jovens do país, associados ou dirigentes de organizações nacionais de juventude, esse encontro de trabalho pode ser considerado uma boa amostra do que seria "a opinião das juventudes organizadas":

"A reunião teve uma duração de aproximadamente seis horas, e versou sobre uma agenda consensuada com os e as jovens presentes." Partindo de um tema central –o papel das organizações de juventude- foram discutido os pontos fracos e fortes que impedem ou promovem o protagonismo juvenil no País.

Quais as principais formas de atuação (papeis possíveis) a serem desenvolvidos pelos movimentos de juventude?

1. Criação de oportunidades - ex: implementando ações de ocupação, trabalho e renda focados no empreendedorismo e empregabilidade.
2. Exercer a cidadania de forma plena – repensar valores.
3. Ser sujeito legítima de mudança.

Pontos Fracos (internos e externos / debilidades e ameaças):

Grupo1:

Falta de engajamento cívico (crise de valores);

Falta de ação do Estado;

Ausência de formação específica para as organizações, de “agendas mínimas” e de visão estratégica.

Grupo2:

Falta de cultura democrática

Falta de integração e articulação

Grupo3:

Falta de possibilidades para assumir seu papel protagonista;

Modelo político, econômico e cultural impostos;

Falta de organização e de perspectiva de mudança concreta.

Pontos Fortes (internos e externos / fortalezas e oportunidades):

Grupo1:

Avanço da democracia;

Possibilidades de parcerias com setor público, organizações nacionais e internacionais.

Grupo2:

Temática mobilizadora;

Anseio de Transformação;

Novo contexto político nacional e internacional.

Grupo3:

Respeito à diversidade;

Ambiente favorável para a construção de agenda pública e privada para as políticas de juventude.

“T” (tesão)

Eixos estratégicos prioritários para o desenvolvimento de propostas para potencializar os pontos fortes e superar ou minimizar os pontos fracos:

1) Participação democrática:

Exercício de cidadania.

Democracia como valor.

Respeito à diversidade.

2) Mobilização:

Política Pública de Juventude - Ambiente favorável para construção de agenda público/ privado/organismos internacionais para desenvolver políticas de juventude;

Ausência de formação específica para construção de agendas mínimas e visão estratégica;

Temática Integradora e Mobilizadora de potencialidades.

3) Juventude como protagonista na construção de projeto de País:

Anseio de transformação.

“T” (Tese).

Potencial de articulação.

3.2 Opiniões Gerais das Fontes Qualificadas:

As fontes qualificadas, em geral, apontam o forte papel da juventude na construção da sociedade brasileira. Nas entrevistas, com alguma frequência, aparecia o exemplo do protagonismo de jovens na constituição de momentos marcantes de nossa história.

Quando comparamos com a atuação de outras gerações em outras épocas, normalmente, apontam para uma comparação da atuação da juventude de hoje com a geração que combateu e resistiu a ditadura em nosso país (e não com as atuações históricas de jovens apontados como protagonistas anteriormente).

Nesse ponto aparece uma clara generalização das atuações de uma geração em um determinado momento histórico, como paradigma de atuação de varias outras gerações, até os dias atuais. Com a constatação de que a única via de participação juvenil, em outras épocas, era a do movimento estudantil ou da militância religiosa, e ambas com forte penetração dos partidos políticos.

Um forte consenso sobre a atuação dos jovens de hoje, corrobora fortemente com a

afirmação da diversidade de ação juvenil na atualidade.

Algumas das opiniões relacionam para essa “geração paradigma” a mesma afirmação do “protagonismo histórico” em que “a construção do movimento sindical e o enfrentamento a ditadura foram feitos por jovens - da época”, no entanto afirmam que não tinham a percepção de que isso seria um movimento juvenil, mais sim – e novamente - um movimento de construção da sociedade brasileira.

Aqui aparece outra divergência bastante comum: tanto os jovens mais politizados quanto as fontes qualificadas defendem quase que de forma unânime, a impossibilidade de comparação com épocas distintas; já os jovens e os participantes dos grupos focais menos politizados (principalmente os de renda mais baixa) crêem em uma maior participação ‘da juventude de antigamente’.

Transparecem perceber a necessidade de se integrar as juventudes nos processos sociais, no entanto, parecem não saber como operacionalizar essa intenção de forma lógica. Em sua maioria, as respostas vão pela direção correta, porém, sem ordenamento de prioridades, ou percepção clara da demandas reais das organizações de juventude ou ainda da necessidade de fortes pactos sociais para a implementação da política, ou mais ainda da importância estratégica que jogam esses elementos no fortalecimento da cultura, da economia e da democracia, e por consequência no próprio desenvolvimento do país.

Todos os entrevistados demonstraram crer na importância da participação juvenil no desenvolvimento do país. No entanto, não é consenso a identificação do principal responsável pelo fomento a essa participação juvenil, para a maioria: todos são responsáveis e do total desse conjunto uma maior ênfase é dada para a responsabilidade dos governos, e dos movimentos de juventude.

Outras opiniões das fontes qualificadas acompanham o sentido geral dos grupos focais, que resumimos no item 3.3.

3.3 Opiniões Gerais dos Grupos Focais:

Participam ou não participam os jovens em movimentos juvenis? São Muitos ou poucos? Possuem algum perfil particular?

Ao iniciar-se o debate sobre a participação juvenil, observou-se, principalmente, duas vertentes de análises entre os participantes: primeiro, seria necessário definir o conceito de participação, e em alguns casos até de movimento juvenil para, então, poder analisar a participação juvenil dos (e nos) movimentos (tendo em vista a confusão de percepção deste, muitas vezes, com o movimento estudantil). Em segundo lugar, a necessidade de se perceber melhor os diversos atores desta participação. E se deveríamos, ou não, considerar como participação válida as que ocorriam em grupos, clubes, ou equipe de esporte.

As conclusões que emanam da pergunta inicial são diversas e muitas vezes contraditórias: por um lado a afirmação de que "os jovens participam muito" é uma constante, por outro as

constatações no sentido de que ” essa participação ai é mais um oba-oba, uma participação acrítica, sem impacto social e muito pouco consciente” se faz sempre presente nesse contraditório.

Quando os participantes são confrontados com a comparação do numero de jovens que participam efetivamente nas organizações e movimentos, com o numero total de jovens existentes nos municípios, invariavelmente os grupos apontam as deficiências do sistema educacional, e o papel “idiotizante” da mídia nacional, como os “culpados” pela baixa consciência juventude.

O consenso que emerge das discussões é o da diversidade de novas atuações de jovens no terceiro setor, e a necessidade de apoio a essas iniciativas. Os dissensos mais marcantes ficam por conta da diminuição, ou não do papel dos movimentos mais politizados, mais notadamente os partidários e estudantis, outra discordância recorrente é a do crescimento ou não da participação: os grupos mais politizados defendem um aumento da participação juvenil pela via da manutenção do tamanho do movimento estudantil e pelo aumento das novas formas de atuação ligadas a grupos culturais informais, e os de demandas pontuais do terceiro setor.

Quanto à comparação com a militância de outras épocas, percebe-se um amadurecimento nas análises, com a clara diminuição dos antigos saudosismos que idolatravam o passado. Uma conclusão constante é a que os movimentos estudantis “de 68” também não chegaram a ser movimento de massa, e sim de uma elite estudantil e política da época. “Alem do mais, eles tinham uma bandeira comum”, um mesmo inimigo e uma mesma meta: a busca pelas liberdades individuais – todos contra a ditadura “ e que “hoje é muito mais difícil a mobilização pela diversidade e deserção de interesses”.

“O jovem de ontem queria mudar o mundo e suas ações eram para pressionar de forma macro. O jovem de hoje também quer mudar o mundo, mas a partir da sua necessidade. Ele se reúne com os pares para mudar sua realidade pessoal, do bairro até chegar no macro”.

“Não acho que o jovem de hoje participa mais ou menos, só é diferente”.

Fatores que dificultam a participação juvenil

Ao se analisar os fatores que dificultam a participação juvenil, houve diversas análises conjunturais sobre o passado autoritário do país e muitas vezes se mencionou especificamente “os 8 anos de governo neoliberal” pelo qual o Brasil passou. Nesses momentos se iniciavam algumas tensões e os discursos mais politizados. Mencionou-se com constancia a falta de políticas publicas estruturadas de juventude, a partidiarização excessiva do movimento estudantil, sempre com ressalvas que os partidos políticos também são e foram um importante canal de participação.

Muita ênfase foi dada a “pouca unidade dos movimentos” para a defesa de suas bandeiras, assim como uma constatação, generalizada, do baixo dialogo entre as próprias organizações, e entre estas e o poder público.

Existiu também um grande consenso no que se referiu a baixa qualidade da educação existente, assim como a constatação de falta de políticas de juventude efetivas e de formação específica para as organizações de juventude.

A falta de garantia de que as atuações das organizações vão ter efetivamente algum impacto na realidade política e social como um todo foi um fator muito mencionado; a falta de mecanismos de estímulo a participação – novas e já existentes, também.

A falta de uma cultura de participação e o “tabu de se organizar (a sociedade adulta impõe isso - o preconceito com os que buscam se organizar é real)”.

Ações que desestimulam os jovens também são freqüentemente apontadas, como:

“A gestão das coisas nunca é da juventude”

“Os adultos desqualificam nossa participação”

“Se pensa a juventude como massa de manobra ou instrumento”

“A juventude também se permite ser massa de manobra por falta de opção”

Outro grande consenso é a situação de exclusão que o jovem vivencia hoje em dia, deixando-o a margem de fatores que poderiam qualificar sua participação (acesso a uma família estruturada, equipamento culturais, educação etc.). Nesse ponto os grupos oriundos de militância comunitária e os de mais baixa renda vinculam a possibilidade de participação a algum tipo de bolsa ou renda que lhes permita viver (questão que não surgiu em nenhum momento nos grupos relacionados com movimentos mais politizados ou ligados ao terceiro setor).

Outros exemplos citados com freqüência:

Falta de credibilidade dos movimentos;

Falta de condições de participação;

Banalização da vida;

Falta de efetividade dos movimentos juvenis (inibidor da participação);

Preconceito.

Fatores Promotores da Participação e Formulação de Propostas:

Essa etapa, em geral, os participantes dos grupos refletiram antes de iniciar suas colocações e discursos - bem mais que nos outros momentos -. Em geral tiveram que ser “provocados” para que se iniciasse uma chuva de idéias com alguma formulação de propostas, após

discussão. Formaram-se alguns consensos de fatores promotores da participação, assim como de possíveis propostas:

O reconhecimento dos movimentos de juventude;

Ter em conta as opiniões das juventudes (escutar as juventudes);

Ter espaços para a participação;

Ter espaços para a troca de informações, experiências e idéias – “como esse aqui”.

“Se não criam espaços nos governos a juventude deve criar esses espaços fora”;

Empoderar as organizações;

Estimular a auto-estima juvenil;

Divulgar boas praticas das organizações de juventude;

“Ver que dessa luta se consegue resultados concretos”;

Aqui aparece muito o exemplo dos centros de referencia, centros de juventude, consórcio social da juventude:

Possibilidade de recursos e infra-estrutura;

Campanhas de conscientização junto com eventos.

Surge, em geral, ao final dos debates, propostas mais estruturantes (em geral oriundas de varias indagações dos moderadores – como, por que, para que...).

Qualificar a atuação dos movimentos juvenis;

Programas de educação política;

Linhas de apoio à publicação de jornais, livros, metodologias inovadoras;

Programas de acesso aos meios de comunicação para as organizações de juventude;

Projetos que permitem transformar a realidade a partir de seu próprio conhecimento;

Incentivo a replicação de boas praticas;

Linha de responsabilidade social juvenil;

Promoção do associativismo juvenil na grade escolar;

Estímulo a conexão dos movimentos juvenis (inclusão digital dos movimentos);

Fundos para projetos de juventude;

Acesso a informações e serviços públicos e privados;

Assistência técnica as organizações;

Fortalecimento do sistema educacional (estímulos para que os jovens voltem a estudar);

A escola como pólo concientizador e formados de cidadãos.

Algumas estratégias gerais também forma sugeridas:

Criação de mecanismos eficientes de participação juvenil em todos os níveis de governo.

As soluções apontadas foram pontuais, mas bem amplas. Permitindo em geral a reflexão da mais algumas estratégias:

Buscar a valorização da participação juvenil e de seus protagonistas;

Envolver as juventudes e transformar os temas do dia a dia dos jovens em temas da agenda política;

Democratização efetiva dos espaços públicos (eleição para reitor, diretor de colégio...);

Aproveitar o momento político das eleições municipais para constituir um pacto pela juventude ou um compromisso com a juventude. Entre outras possibilidades.

A análise dos grupos focais foi bastante positiva. Foi colocado, varias vezes, que todo “percurso histórico” de debate dos movimentos de juventude tem um conteúdo muito rico, e além disso foi “um papo” prazeroso.

Outras ponderações foram no sentido de que isso é mais fácil em grupos “como esse em que não há disputas de poder” e que as divergências foram tratadas de maneira “bem respeitosa”.

Afirmações como: “aprendi muito com vocês” ou “me reconheci no que você falou” e “essa experiência contribuiu muito para minha formação”, foram uma constante nos encerramentos dos grupos focais.

IV - Conclusões e Recomendações

4.1 Fortalezas e Debilidades dos Movimentos Juvenis

Após análise inicial, podemos discorrer sobre as principais “fortalezas” e “debilidades”

existentes. Estas também foram, em regra, apontadas com mais freqüência pelos próprios jovens, e / ou foram também as mais recorrentes nas análises existentes dos movimentos juvenis:

Em relação às **“Fortalezas”** dos movimentos de juventude temos a *facilidade de mobilização* de jovens, pelas organizações. A *alta conectividade das lideranças* dos movimentos de juventude que pode ser constatada pela utilização cotidiana de Internet e outros meios de comunicação e informação pelas lideranças e técnicos (gestores de projetos) das organizações. Podemos apontar ainda como fortalezas a *capacidade de adaptação dos movimentos* (resiliência) e a *disposição das organizações em construir propostas “novas” de forma “diferente”*, isso é, em desenvolver novas propostas (mais conectadas com o cotidiano, com a vida das pessoas) de forma menos corporativa e mais coletiva. E ainda um *forte anseio por transformações* sociais concretas.

Em relação à **“Debilidades”** podemos apontar a ausência de articulação freqüente do movimento: *fragmentação (ou atomização) excessiva dos movimentos de juventude*, por essa razão, ou em consequência desta fragmentação a *falta de unidade* ou de *bandeiras comuns* dos movimentos, a *desorganização* e a *falta de profissionalismo* dos mesmos para execução de ações, eventos e projetos.

Pode-se diagnosticar, também, a constatação da *baixa participação juvenil consciente (considerada ainda insuficiente* quando relacionamos os jovens que participam ativamente com os que não participam, ou ainda com os que participam de forma pouco freqüente).

Assim como a cultura democrática em desenvolvimento: a *dificuldade de ascensão e participação* de jovens “de base” nas instancias de decisão das organizações mais formais.

Em relação aos movimentos informais constatamos a *inexistência (ou pouca freqüência) dessas mesmas instancias de decisão* (não possibilitando com isso espaços de controle social e participação democrática relacionados com a tomada de decisão), além de pouca capacidade de comunicação (em regra) das próprias organizações e movimentos.

Falta de recursos pessoais: o que impossibilita uma maior dedicação aos movimentos e uma atuação mais ativa (principalmente para os jovens de baixa renda).

4.2 Ameaças ou Oportunidades do Entorno

Os fatores externos que poderíamos considerar como **ameaças** para o desenvolvimento dos movimentos de juventude são:

A continuidade do modelo político, econômico e cultural "adultocrata", que impede à ascensão de jovens conectados a redes juvenis (e as suas demandas) as estruturas formais de decisão.

Ausência da ação (ou ação indevida) do estado na relação com as organizações de juventude.

Disputas e conflitos pela tutela do movimento em suas diversas facetas: cooptação, aparelhamento, cerceamento, entre outros.

Desconhecimento generalizado sobre a temática, tanto por formadores de opinião, quanto por lideranças partidárias expressivas.

Oportunidades:

Consolidação da democracia;

Avanço das tecnologias sociais;

Avanço das tecnologias de informação e comunicação;

Ampla possibilidade de parcerias para o fortalecimento dos movimentos juvenis (setores públicos, privados, terceiro setor, organizações nacionais e internacionais);

Crescimento e consolidação do terceiro setor;

A questão da juventude colocada nas agendas governamentais (na ordem do dia);

Um problema social real a ser resolvido.

4.3 Conclusões e Recomendações

Para iniciarmos a conclusão deste estudo deveremos antes relacionar possíveis vetores que podem contribuir com um melhor desenvolvimento social, econômico e humano: Capital Social, Juventude e Desenvolvimento.

De acordo com Robert Putman (1994), a conformação do capital social se dá, fundamentalmente: pelo grau de confiança existente entre os atores sociais de uma sociedade, pelas normas de comportamento cívico praticadas, e pelo nível de associatividade que a caracteriza.

Continuando a análise sobre capital social, cultura e desenvolvimento, realizada por Bernardo Kliksberg, para o qual esses elementos de Putman seriam evidenciadores da riqueza e fortaleza do tecido social interno de uma sociedade. A confiança, por exemplo, atuaria como um redutor de conflitos potenciais. As atitudes positivas em matéria de comportamento cívico (cuidado com o espaço público, pagamento de impostos) contribuem para o bem estar geral. E a existência de altos níveis de associativismo indica que uma sociedade tem capacidade para atuar cooperativamente armar redes, concertações, e sinergias de toda ordem em seu interior, tendo esses movimentos impactos diretos, já confirmados por outros pesquisadores, na performance econômica, qualidade de governo, e estabilidade política entre outras.

Da mesma publicação Kliksberg cita James Coleman (1990) para o qual o capital social se

apresenta tanto no plano individual como no coletivo, exemplificado, pelo grau de integração social de um indivíduo, sua rede de contatos sociais, o que implicariam em relacionamentos, expectativas de reciprocidade e comportamentos confiáveis.

Não pretendemos visualizar uma conceituação precisa em poucas linhas, no entanto, não podemos continuar traçando estratégias de desenvolvimento sem levar em conta a juventude nessa variável de construção social.

A difusão de valores culturais, assim como as construções de códigos éticos geracionais seriam muito mais efetivas para a sociedade, a partir do desenvolvimento das capacidades dos jovens atores sociais, oriundos dos diversos movimentos associativos, para que busquem resolver suas disputas de modo sustentável (não fratricida), impulsionem consensos possíveis, e construam concertações, tendo como objetivo o desenvolvimento de políticas públicas consistentes voltados para a juventude, entre o Estado, as organizações de jovens e o Setor privado, fomentando de fato uma nova cultura de diálogo e desenvolvimento entre as jovens lideranças brasileiras.

Por essa razão, devemos buscar o fortalecimento institucional e individual destes jovens atores estratégicos, por meio de programas nas áreas de formação (em suas diversas modalidades), e informação voltadas para a ação e a inovação: dados sobre a juventude no Brasil e no mundo, dados sobre o orçamento e programas de juventude dos Governos, notícias e oportunidades para movimentos de juventude, disponibilizada por sites e divulgada nas diversas redes de jovens em nosso País.

O objetivo da formação para a ação, não será somente o de realizar uma ação para melhorar a efetividade privada de jovens lideranças (mesmo a considerando um bem coletivo), mais sim, o de reunir em um ambiente de diálogo e cooperação jovens lideranças de diversos partidos, de governos, do setor privado e do terceiro setor, em diversos níveis de governança, para por meio de dinâmicas participativas, fomentar o debate sobre a condição e a situação juvenil na sua localidade, no Estado, e no Brasil e buscar mobilizar os atores estratégicos na elaboração, desenvolvimento e controle social de possíveis soluções.

Com o desenvolvimento de programas nesse sentido poderemos passar a apoiar essas construções coletivas, buscando criar condições para que as organizações e movimentos de jovens e para jovens tenham condições de lutar por seus direitos, potencializando recursos materiais e humanos existentes e as relações de cooperação entre as lideranças e organizações, em última estância, fomentando surgimento de capital social pelas organizações de juventude.

A decisão de apoiá-los, fomentando a constituição de redes e alianças de demanda e de pressão - com formação e informação plural - e de ponta - tem impacto na qualidade da participação dessas lideranças na arena pública, com conseqüente benefício para os envolvidos, para a juventude, e para toda a sociedade.

Esse novo enfoque requer um Estado mais inteligente. O que implica em reformas profundas, pois uma gerência social eficiente deve atender e privilegiar a participação das

juventudes e das comunidades (e desses nestas), descentralizar para os municípios; propiciar a formação de redes interorganizacionais para o interior do setor público, e redes intersociais com outros atores da sociedade; intergeracionais entre as organizações de jovens e de adultos; praticar sistematicamente a transparência; gerar informação contínua, e levar adiante organicamente o controle social, o monitoramento e avaliação dos programas.

Essa realidade nos impõe a necessidade da construção de uma nova cidadania baseada na coesão social, assim como em valores, princípios, e direitos. Isso exige um forte investimento na formação de cidadãos competentes (capital humano), e no fomento a uma cultura de cooperação pela cidadania ativa (capital social).

Cursos de formadores, capacitadores, animadores, facilitadores. Buscando novas atitudes, orientações e critérios gerenciais, serão necessários.

Esse enfoque diferenciado – e muitas vezes não entendido pela tradicional administração burocrática e hierárquica, onde a participação, a descentralização e a formação de redes têm um significado limitado – deve dar o tom desse novo contexto histórico, passa necessariamente pela inovação e pela gestão social, como “peças chave” para o êxito de qualquer plano, programa ou projeto.

Essa necessidade de um maior envolvimento dos jovens e de suas organizações nas estratégias de desenvolvimento reclama uma mudança de paradigma da relação do Estado com as diversas juventudes. Isso requer uma forte mudança na lógica de atuação do próprio Estado.

A prática da ética da solidariedade e da responsabilidade neste contexto convoca todos os atores sociais para uma reflexão mais atenta do entendimento das causas da reprodução das desigualdades existentes, bem como para a construção de mecanismos que as supere.

Para enfrentar eficazmente essas desigualdades, em especial a relacionada com a grave situação da juventude brasileira, é necessário considerar a diversidade de situações que marcam os diferentes segmentos da sociedade afetados pela pobreza. Cada uma destas situações exige a implementação de diferentes políticas públicas intencionais e direcionadas para a juventude.

Como já está evidenciado nesse estudo, os jovens brasileiros vivem intensa e particularmente a pobreza e a desigualdade, mediante aspectos como raça, gênero e região de residência.

É fundamental que a juventude brasileira seja vista como grupo a ser privilegiado por políticas públicas ativas, nas distintas esferas de governo, combatendo com veemência os fatores limitadores de seu próprio desenvolvimento. Assim como democratizar e potencializar ao máximo as oportunidades e fortalezas existentes.

Considerando-se ainda que no Brasil as políticas governamentais se centram, hoje, no desenvolvimento de um governo democrático e participativo e que o reconhecimento desse

tipo de governo exige a participação de todos os setores no processo de tomadas de decisões, os jovens e grupos de juventude devem ser convocados para a construção dessa nova sociedade, e por isso devem estar preparados para participar da criação e ampliação de suas oportunidades presentes e futuras existentes no mundo contemporâneo.

É por meio da inserção qualificada das organizações de juventude brasileiras nesses novos processos, que o modelo de desenvolvimento, plural e democrático - que inclua as Políticas Públicas de Juventude como vetor real da mudança cultural, econômica e social - poderá se realizar.

Para isso, a sociedade civil deve vertebrar essa construção de forma mais eficiente do que vem fazendo até hoje. Concluímos que a participação das organizações de juventude nas diversas etapas de desenvolvimento dos programas governamentais, e até mesmo privados, se faz necessário.

Para a efetividade desse modelo, devemos envolver os jovens e suas organizações nos processos técnicos e políticos dos setores de grande relevância estratégica para o desenvolvimento nacional, como por exemplo, Educação, Trabalho e Saúde, em setores de demanda ascendente por serviços e produção, como os voltados para a geração de renda, à socialização do conhecimento, à cultura, ao esporte, ao lazer e ao meio ambiente, bem como em programas de ponta voltados para a democratização das inovações das vanguardas econômicas e culturais.

A possibilidade de inverter a lógica de relação preponderante entre as organizações e movimentos baseado na disputa de espaços entre as próprias juventudes, por outra de respeito à diversidade de opiniões – princípio básico da democracia – e de cooperação para o desenvolvimento, esta nas mãos de todos: da sociedade, dos governos, dos organismos internacionais, e das próprias lideranças juvenis.

Para fortalecer esse processo de construção se faz necessário o apoio contundente as organizações e movimentos existentes, e o estímulo ao surgimento de novas modalidades de participação cidadã que venham aumentar a efetividade das políticas praticadas até o momento. Mais que um gasto, essas ações devem ser consideradas enquanto investimentos com grande potencial de impacto social, econômico e político.

Ações que apóiem as juventudes devem respeitar e fortalecer a autonomia dos movimentos e apóia-los para que estes busquem resolver disputas, impulsionar consensos e concertações possíveis, tendo como objetivo o desenvolvimento de Políticas de Estado voltadas a juventude e a própria sociedade.

Para viabilizar recursos humanos e financeiros necessários para isso, deveremos realizar um grande pacto entre o Estado, as organizações de jovens, e o setor privado, e buscar o fomento efetivo de uma nova cultura de dialogo e de desenvolvimento entre os jovens brasileiros, por meio de um conjunto de medidas que dêem suporte a um novo enfoque em relação aos jovens, onde eles serão percebidos não só como um problema, mas também como um fator estratégico para o desenvolvimento de toda a sociedade.

De forma direta: mais do que jovens em crise que estão necessitando do Estado, devemos entender que, a sociedade, para realizar-se como tal, precisa dessa parcela populacional envolvida, qualificada, informada, articulada e motivada para atuar como vetor estratégico do desenvolvimento nacional.

4.4 Recomendaciones Para a Ação Operativa:

Para o êxito de qualquer proposta de ação operativa visando fortalecer a participação cidadã das juventudes em sua atuação na sociedade, e a governança inclusiva, por parte dos governos, vamos desenvolver algumas idéias básicas que consideramos estruturantes, isto é, úteis para todas as outras ações voltadas para o fortalecimento da atuação do público juvenil.

Programas de Informação:

Democratizando oportunidades públicas e privadas, voltados à juventude;

Entendendo os jovens não apenas como receptores passivos de informação, mais sim como transceptores sendo capazes de receber, produzir, emitir e trocar informações;

Gerando informação qualificada de apoio às demandas das juventudes e as oportunidades de desenvolvimento existentes na sociedade.

Programas de Formação: Para técnicos, gestores, lideranças juvenis, monitores, moderadores, facilitadores. Com o intuito de melhorar o capital humano dos atores sociais e reforçar os outros programas relacionados a temas específicos.

Programas voltados a fomentar redes de organizações e movimentos de juventude, principalmente as redes de temáticas, e as que se desenvolvem em nível local: Que poderia ser desenvolvida como "lôcus" de encontro dos serviços disponibilizados para, e com as juventudes (programas governamentais - formação para a cidadania - informações úteis - possibilidades de controle social).

Mais enfaticamente, fornecendo as informações e os **serviços de cidadania relacionados com a democratização de oportunidades, como:**

- ✓ Programas governamentais em todos os níveis, mais notadamente os que utilizem as escolas e os espaços públicos em que se encontram os jovens e suas organizações;
- ✓ Tecnologias de informação e seu uso cotidiano;
- ✓ Tecnologias de comunicação e sua relação com a mídia e o fortalecimento dos papeis das organizações;
- ✓ Novas tecnologias sociais e de gestão;
- ✓ Metodologias participativas voltadas para a cooperação;
- ✓ Instrumentos voltados para a atuação de controle social das ações governamentais:

4.4.1. Envolver de forma efetiva as organizações e movimentos de juventude em programas governamentais voltados aos próprios jovens:

Como:

Criar comissões, comitês, ou conselhos jovens com a participação das juventudes organizadas (e abertos a novas formas de participação em sua composição) nos programas governamentais existentes;

Informar de forma clara e efetiva sobre as oportunidades e sobre o andamento dos programas;

Convocar, e dar condições, às juventudes para que elas se tornem parceiras na recriação constante, na execução, e no controle social dos mesmos. Sempre deixando claro o tipo de relação que se busca com a participação: co-responsabilização, co-participação, co-gestão, ou somente no controle social.

Para exemplificar alguns programas concretos em que essa ação poderia ocorrer:

Primeiro Emprego; Jovem Empreendedor; Escola Aberta; Minha Primeira Terra; Festival das Culturas Juvenis; Saúde do Jovem; entre outros.

4.4.2. Fomentar a instalação de conselhos de juventude em todos os níveis (ligados aos organismos de referencia em âmbito governamental).

Com papéis previamente pactuados e definidos localmente com todos os atores envolvidos. Poderia ter sua atuação básica voltada para o Controle Social dos programas e ações de PPJ dos diversos governos, a articulação das organizações de juventude em seu âmbito, assim como a interlocução social com o poder público, e a formulação de projetos específicos, entre outras ações possíveis.

Como:

Criação do Conselho Nacional de Juventude com financiamento do parlamento (iniciativa que vai causar uma proliferação imediata de instituições similares em todos os níveis).

Formação para a ação cidadã com atores sociais e dirigentes de organizações envolvidos;

Formação para "técnicos de conselhos"

- Possíveis conteúdos: metodologias de casos de sucesso; conceitos de PPJ; técnicas gerenciais ou de liderança;

Programas de apoio e assessoria a criação de espaço de concertação;

- Divulgando, por exemplo, experiências úteis para o processo: necessidades de convivência e reconhecimento prévio por parte do público alvo; a conexão com a informação adequada a essa demanda;

Fomento a programas que visem o reconhecimento das organizações de juventude pelo poder público (diálogos, conferências, seminários).

Difusão por meio dos conselhos de juventude dos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Divulgando as boas praticas dos conselhos nos veículos de comunicação.

4.4.3 Fomentar a ação para o desenvolvimento e a cooperação dos atores sociais:

Por meio da criação de um fundo para projetos (principalmente os estruturantes) de jovens empreendedores sociais, disponibilizado por meio de editais abertos, podendo constar: a parceria obrigatória de duas ou mais instituições; a transparência das ações; e o controle social entre diferentes instituições de juventude executoras.

Prever contrapartidas Estaduais, ou Municipais, e a participação das organizações de juventude no desenvolvimento do fundo nacional de projetos juvenis.

4.5 Ponderações para Trabalhos Futuros:

Devemos aprofundar o conhecimento de questões que possibilitem um melhor entendimento do funcionamento das organizações de juventude, tanto por especialistas na matéria, quanto por jovens gestores, lideranças, voluntários e associados das próprias organizações e movimentos, principalmente para desenhar mecanismos eficientes de formação e informação relacionados com a gestão e transparência das entidades de juventude. Para, por exemplo, potencializar:

- 1 A comunicação interna e externa das organizações;
- 2 Os instrumentos de motivação nas entidades de juventude;
- 3 O planejamento e a implementação da oferta de serviços;
- 4 A captação de recursos;
- 5 A formação de redes e alianças.

É recomendado ainda um maior aprofundamento de questões relacionadas com o recrutamento e a chegada de novos jovens as organizações; o tempo de permanencia e o transito dos jovens nos diversos setores das organizações; a mudança e a passagens de grupos geracionais distintos; e a distinção e distribuição de papeis dos técnicos e dirigentes das organizações de juventude, entre outras questões que necessitam ainda um maior acúmulo de conhecimento.

5. Referencias Bibliográficas

- ABRAMO, Helena (2004) Participação e Organizações Juvenis. Projeto Redes e Juventudes – Fundación W. K. Kellogg, Recife.
- ANAIS. 1a Conferência Mundial de Ministros de Juventude. Recomendações da declaração de Lisboa sobre programas e Políticas de Juventude, 1998.
- BID. Programa de Desenvolvimento e Alcance Juvenil.
- CELADE. *Boletim Demográfico*. Santiago de Chile, v. 28, jul. 1995.
- CEPAL. Informe e Declaração Final do encontro “Melhores Práticas e projetos com jovens do Cone sul”, CEPAL, 2000.
- CNPD – Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. *Os jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*, v. 1 e 2, Brasília: CNPD, 1998.
- FUNDACIÓN KELLOGG. A juventude e a liderança transformadora: conceitos e estratégias em mundos incertos e turbulentos. OPS, 1998.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais*. 2001.
- IBGE/PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) 1996/2001.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Capital social, cultura e desenvolvimento*. UNESCO, Cortez Editora, 2002.
- Manifesto da Juventude para o Século XXI, UNESCO, 2000.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. Elaboração de dados sobre emprego juvenil, SPPE 2003.
- NAÇÕES UNIDAS. *Situação da Juventude no decênio de 1980 e perspectivas e problemas para o ano 2000*. Nova York: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 1987.
- PLAN d’action gouvernemental 1998 – 2001. Jeunesse Québec.
- POLÍTICAS PÚBLICAS de Juventude em Medellín.
- PONCE DE LEON, Alessandro. *Políticas Públicas de Juventude*, 1998.
- Políticas Públicas de Juventude – Uma proposta para a sociedade*. Instituto Teotônio Vilela – ITV, 2001.
- RODRIGUES, Ernesto. Juventude y Políticas Públicas em América Latina: experiências y desafíos desde la gestión institucional. In: CORPORACIÓN REGIÓN. (Ed.) *Umbralles: câmbios culturales, desafíos nacionales y juventud*. Medellín, feb. 2000.
- SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE. *Política, programas e iniciativas em Portugal*, 2000.
- SEIXAS, Marcus Wagner. *IBPJ*, 1999.
- SPOSITO, Marília, peralva, Argelina. *Revista Brasileira de educação. Juventude e Contemporaneidade*. ANPED, 1987.
- UNESCO. Fala Galera – Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro: UNESCO, 1999.
- WAISELFISZ, Jacobo. *Mapa da Violência III*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.
- X CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DE JUVENTUDE. *Declaração final*. Panamá, 2000.
- ZANETI, Hermes (2001) Juventude e Revolução: Uma Investigação sobre a Atitude Revolucionária Juvenil no Brasil. Ediciones de la Universidad de Brasilia, Brasilia.